

Estado de Goiás
Polícia Militar
Academia de Polícia Militar
Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

A Implantação da campanha de polícia de
Proteção ambiental na polícia Militar do Acre

Josinaldo de Oliveira

Goiânia - 1994

JOSINALDO DE OLIVEIRA

A IMPLANTAÇÃO DA COMPANHIA DE POLÍCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL NA
POLÍCIA MILITAR DO ACRE

Trabalho Técnico-Profissional apre-
sentado como exigência para a con-
clusão do Curso de Aperfeiçoamento
de Oficiais(CAO),pela Academia de
Polícia Militar do Estado de Goiás
sob a orientação do Maj PM Aurelia
no Pascoal Duarte Pinheiro Neto.

ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS

GOIÂNIA - 1994

P E N S A M E N T O

" Através da História, inumeráveis vezes, ouvir tem sido a única maneira de aprender".

(Ralph Nichols e Leonard Stevens)

" Começamos falando como pensamos e acabamos pensando como falamos".

(Wilbur Schamm)

" As coisas são ou não são; nada pode ser e não ser, ao mesmo tempo e no mesmo lugar".

(Aristóteles)

A G R A D E C I M E N T O

É importante não deixar passar esta oportunidade sem agradecer, pelo menos aos que mais simbolizaram uma aproximação à consecução deste trabalho.

Aos professores pelos conhecimentos transmitidos e pela maneira como se dedicaram facilitando sobremaneira o nosso aprendizado.

Aos companheiros do curso pela amizade e convivência harmoniosa.

À Gloriosa Polícia Militar de Goiás, pela oportunidade concedida em benefício do meu aperfeiçoamento na vida profissional.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

D E D I C A T Ó R I A

À minha amada esposa Sandra e meu filho Guilherme, pelos
momentos roubados ^{do} ~~do~~ ^{meu} ~~meu~~ ao seu convívio.

S U M Á R I O

- INTRODUÇÃO.....	07
I - CONSIDERAÇÕES SOBRE ECOLOGIA, EQUILÍBRIO ECOLÓGICO E POLUIÇÃO DO AMBIENTE.....	09
1. Ecologia.....	09
2. Equilíbrio Ecológico.....	10
3. Poluição do Ambiente.....	11
II - SITUAÇÃO ATUAL DA AMAZÔNIA.....	13
1. Floresta Amazônica ou Hiléia Amazônica.....	14
2. As Matas de Igapós.....	15
3. As Matas de Várzea.....	15
4. As Matas de Terra Firme.....	15
5. O Estado do Acre.....	16
6. O Interesse Estrangeiro.....	19
III - LEGALIDADE DAS AÇÕES POLICIAIS MILITARES.....	22
IV - PROPOSTA.....	26
1. Apresentação.....	26
2. Área de Atuação.....	27
2.1. Área de Zoneamento.....	27
2.2. Área de Conservação e Reserva Extrativista.....	27
2.3. Parques Nacionais e Estação Ecológica.....	28
2.4. Floresta Estadual.....	28
2.5. Áreas Indígenas.....	28
2.6. Área de Mananciais.....	29
3. Objetivo.....	29
4. Missão.....	29
5. Forma de Atuação do Policiamento.....	31

6. Estrutura Organizacional.....	31
7. Quadro de Pessoal.....	32
8. Especificação das Instalações.....	34
9. Especificações dos Solípedes.....	35
10. Especificações dos Veículos Terrestres.....	35
11. Especificações dos Veículos Aquáticos.....	36
12. Especificação dos Veículos Aéreos.....	36
13. Especificação do Armamento e Munição.....	36
14. Especificação do Uniforme.....	36
15. Especificação dos Equipamentos.....	37
16. Estratégia de Implantação.....	38
17. Considerações Finais.....	38
- CONCLUSÃO.....	40
- BIBLIOGRAFIA.....	42
- ANEXOS	
- ANEXO I - MAPA DA DIVISÃO POLÍTICA DO ACRE.....	44
- ANEXO II- ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL.....	45
- ANEXO III-TERMO DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM O INSTITU- TO DO MEIO AMBIENTE DO ACRE.....	46

I N T R O D U Ç Ã O

O desejo de ver implantada uma nova mentalidade no tocante à proteção do Meio Ambiente ,dentro da Polícia Militar, nos levou a escolha do tema como forma de ser mais alguém a contribuir para o seu desenvolvimento, mentalização e engrandecimento perante a comunidade acreana.

O enfoque textual se fundamentará em problemas enfrentados atualmente pelos órgãos encarregados da proteção ao Meio Ambiente e em especial a Polícia Militar do Acre, pela situação geográfica que o Estado apresenta, onde a ecologia é um assunto premente e por não ter a Polícia Militar integrado em seus quadros uma Unidade voltada para esse fim.

Este trabalho será abordado de maneira teórica e se enquadrará com a necessidade de defesa do equilíbrio dos ecossistemas utilizando-se dos recursos necessários e disponíveis, absorvendo assuntos dispersos na legislação pertinente, em manuais, livros, revistas, jornais, programas dos meios de comunicação e outras fontes.

O objetivo deste trabalho é fornecer subsídios para que a Polícia Militar possa implantar a curto prazo uma Unidade voltada para a proteção ambiental, tendo em vista que o Estado do Acre hoje é alvo das maiores degradações ambientais já registradas em toda sua história.

A Polícia de Proteção Ambiental é uma necessidade dos tempos em que estamos vivendo, as cidades acreanas precisam de orientação e até repressão a Crimes Ambientais. Existe a derrubada de árvores, caçadas, pescarias e outros delitos que precisam ser coibidos dos hábitos da população, dessa forma, trazendo no bojo dessas ações, benefícios não só à população acreana, bem como a

todo o planeta, pois a preservação da floresta amazônica, é hoje a grande preocupação da humanidade.

Dentro deste espírito, este trabalho não é mais que uma proposta de discussão que se faz com a expectativa de contribuir para a formação de posturas criativas e produtivas, dentro da Polícia Militar do Acre, no sentido de melhorar sua atuação no que concerne a preservação do meio ambiente.

I. CONSIDERAÇÕES SOBRE ECOLOGIA, EQUILÍBRIO ECOLÓGICO E POLUIÇÃO DO AMBIENTE

1. Ecologia

Não se sabe ao certo quando surgiu a palavra ecologia. O biologista alemão Ernest Haeckel em sua obra "GENERALLE MORHOLOGIE DER ORGANISMEN" (1866) - foi o primeiro a defini-la. Ecologia é o estudo das relações existentes entre os seres vivos e o meio ambiente. Deriva-se de duas palavras gregas: Oikos que significa "casa", ou lugar para morar e logos, que significa "estudo". Então ecologia é o estudo das "casas" ou ambientes dos organismos vivos tudo que os cerca, inclusive outros animais e plantas, clima e solo

Teofrasto, um botânico da Grécia antiga, é às vezes chamado de "o primeiro ecologista" porque foi o primeiro a escrever sobre as plantas analisando os lugares onde elas cresciam, habitats, tais como florestas e pântanos.

Os índios das planícies do norte da América sabiam muitas coisas sobre a ecologia do bisão, do qual suas vidas dependiam

Outros nomes podem ser citados como pioneiros da ecologia como DARWIN, graças as suas pesquisas realizadas sobre as minhocas em 1881.

O estudo da natureza foi se tornando cada vez mais extenso e profundo. Em 1935, foi inventada a palavra ecossistema, para descrever o conjunto das comunidades vivas de uma região e todas as coisas sem vida, que são partes integrantes do ambiente. Existem milhões e milhões de ecossistemas: florestas, lagos, prados, terrenos baldios, um quintal, um tronco podre. A própria terra é um imenso ecossistema.

Aprender cada vez mais sobre os ecossistemas é o principal objetivo dos ecologistas de hoje.

O homem como único animal capaz, com inteligência, é o principal, se não o único desequilibrador dos ecossistemas naturais. Os desequilíbrios ecológicos afetam a sobrevivência da própria espécie humana de forma direta e indireta. Na maioria dos ecossistemas existem muitos fatores animados e inanimados que atingem um número de organismos, aparecimento e extinção de espécies em um ambiente, podendo provocar desequilíbrios nas comunidades, como a caça e a pesca excessivas, levando em geral a destruição das classes naturais.

2. Equilíbrio Ecológico

A consciência ecológica, a preocupação pela preservação da natureza, traduz bem a maturidade de um povo.

O homem tem, a seu arbítrio, agredido violentamente a natureza e, por consequência, a própria vida. Na narrativa da criação encontramos a expressão de Deus ao caso de cada obra: "E viu Deus que era bom...Que era muito bom".(Gen 1). É-nos até hilariante ver o homem como criatura querendo modificar o curso da natureza através do desmatamento, do uso indiscriminado do solo, do espaço e do mar. O homem tem destruído rios, florestas são dizimadas por nada. Tudo isso parece ser irrisório, mas o certo é que o progresso está rompendo o equilíbrio.

As várias espécies de vegetais, animais e outros organismos que vivem em qualquer área do globo, num campo ou numa lagoa formam uma população. A quantidade de componentes de cada população mantém-se regularmente estável, a menos que alguma catástrofe altere as condições da área; os biólogos dão a essa estabilidade no número de população o nome de equilíbrio ecológico. A manutenção do equilíbrio se verifica, porque todos os seres vivos tem estreitas relações com o seu meio ambiente, qualquer alteração em uma das partes da natureza, vegetal ou animal, provoca reações em várias outras partes. Por vezes essas reações contribuem para restabelecer o equilíbrio.

O ar, a terra, a água e o clima, todos esses elementos dentro de um ecossistema, compõem uma rede de relações complexas que controlam o crescimento de populações.

A quebra do equilíbrio acontece quando há alterações profundas, modificando as relações dentro de um ecossistema. Quando ocorrem essas alterações, populações inteiras podem desaparecer ou podem crescer em ritmo surpreendente. Geralmente, essas alterações resultam de calamidades naturais, como incêndios, inundações, terre-

motos, vulcões, doenças. Embora, na grande maioria, sejam resultados da ação do homem, Exemplos dessas ações são as que afetam os peixes da Lagoa Rodrigo de Freitas, o afogamento de parte da floresta amazônica na hidrelétrica de Balbins, causando a decomposição vegetal deixando a água sem oxigênio, favorecendo a formação de gases sulfúricos, provocando um odor desagradável e a mortalidade de peixes -incalculável, o que ocorreu no Planalto de Faibab, no Arizona, que em 1907 havia cerca de 4.000 veados, onde caçadores mataram a maior partes dos lobos, leões das montanhas e coiotes, que se alimentavam desses veados. A manada de veados aumentou tremendamente e, em 1924, o total já era de 100.000 animais. Os veados destruíram e danificaram a maior parte do suprimento de comida e em dois invernos consecutivos mais da metade da manada morreu de fome. A população continuou diminuindo nos anos seguintes estabilizando-se finalmente ao atingir 10.000 animais.

Em nosso país, o número de aves que fazem ninho no chão vem diminuindo desde os meados do século XIX, quando o homem introduziu raposas na área. As raposas caíram sobre os coelhos e aves, reduzindo o número destes ainda mais.

Podemos citar ainda um outro exemplo, que ocorreu no Pantanal do Mato Grosso- os coureiros chegaram a um nível tão alto do abate do jacaré, que ocasionou uma super-população de piranhas' chegando até a comprometer a existência do próprio homem, se não fossem tomadas medidas enérgicas. Medidas de prevenção e correção aos eventuais impactos ^{contra os} ~~aos~~ ecossistemas.

O ecossistema é um termo científico que engloba os organismos vivos e não vivos de uma dada área, e as relações mais importantes, envolvem o fluxo de alimentos e de energia, através do sistema, fazendo assim com que haja o equilíbrio no meio ambiente.

3. Poluição do Ambiente

A palavra ecologia, assim como a palavra poluição, passaram a fazer parte diária do nosso enfumaçado vocabulário. As palavras nos ajudam a visualizar as coisas. Cristalizam a realidade. Poluir é um verbo novo. Existia em latim, significando, manchar, sujar. É um termo que abrange todas as maneiras pelas quais se poluem o meio ambiente. Gases e fumaças sujam o ar, a água é envenenada por produtos químicos e outras substâncias, o solo é prejudicado com excesso de fertilizantes e pesticidas. O ambiente é poluído de diversas outras maneiras, por exemplo: as pessoas arruinam a beleza natural ao espalhar sucatas sobre a terra e água. Operam máqui-

nas, veículos e motores que invadem o ar com sons perturbadores , causando, quase todos, poluição de algum modo.

O derramamento de produtos químicos nos rios, como por exemplo o mercúrio, que por seus componentes venenosos, vem causando graves conseqüências. Como exemplo podemos citar o mercúrio de metilo, considerado o mais venenoso, que pode danificar as células do encéfalo. Em meados de 1950, mais de 100 japoneses ficaram envenenados, por terem ingerido peixes que continham grande quantidade de deste composto.

Outra situação que vem trazendo várias conseqüências é também a mineração nos rios da Amazônia onde o mercúrio é utilizado para a classificação do ouro.

Dos diversos tipos de poluição uma das mais graves, talvez seja a poluição hídrica, que provém de três fontes principais: efluentes domésticos, industriais e agrícolas, sendo este último o mais difícil de controlar, reduzindo assim de imediato a quantidade de água pura, disponível para suprir necessidades da população.

A poluição do ambiente é um dos problemas mais sérios 'enfrentados pela humanidade. O ar poluído pode causar doenças e mesmo a morte, a água poluída mata peixes e outras vidas marinhas a poluição do solo reduz a extensão de terra disponível para a cultura de alimentos.

Todos desejam reduzir a poluição, mas o problema é tão sério e complicado, pois grande parte da poluição é causada por agentes que beneficiam as pessoas. Fábricas e carros (transportes) descarregam considerável proporção do material que polui o ar e a água. Quantidade excessiva de fertilizantes ou pesticidas arruinam o solo.

Para acabar com a poluição ou reduzi-la consideravelmente de imediato, seria necessário abandonar o uso de muitas coisas' que beneficiam as pessoas, muitas não desejam isso! Mas a poluição pode ser reduzida por diversas maneiras. Cientistas e engenheiros trabalham para descobrir maneiras de diminuir a quantidade de poluição. Governo fiscaliza o cumprimento de leis que exigem das empresas e dos indivíduos a paralização, ou interrupção, de certas atividades poluidoras e talvez como medida mais importante a conscientização dos cidadãos da necessidade de modificar hábitos e costumes e formas de aproveitamento, desenvolvendo companhas no sentido de implantar e tornar realidade a redução da poluição.

II. SITUAÇÃO ATUAL DA AMAZÔNIA

O ano de 1992, como nenhum outro colocou a Amazônia na vitrine da mídia de todos os continentes. Equipes de televisão dos EUA ao Japão, se embrenharam na selva para documentar a beleza do paraíso ameaçado, correspondentes com larga experiência esqueceram momentaneamente as guerras entre os povos e voltaram sua atenção para o assunto daquele momento. Realizava-se no Rio de Janeiro uma conferência entre mais de 150 países, cujo tema era a ecologia, e a Amazônia, considerada "pulmão do mundo", era a região do planeta mais cobiçada pelas grandes potências mundiais. Os participantes da ECO/92 a uma só voz diziam que preservar é importante. Mas, passados dois anos, pouco ou quase nada se pode aproveitar daquele encontro em defesa da Amazônia.

O seringueiro lanha a árvore e extrai o látex, que garante o sustento da família há muitas gerações. O filho mais velho aprende o ofício. Longe dali, a mata arde. O fazendeiro abre o pasto para alimentar seu gado. O boi e a floresta não foram feitos um para o outro.

As queimadas derrubam, rapidamente, o que a natureza levou séculos para erguer, e os clarões criados pelas labaredas são captados pelos satélites. A tecnologia acusa a devastação. O governo brasileiro se defende e rebate: "A Amazônia é nossa". Os governos estrangeiros devolvem: "A Amazônia diz respeito ao mundo". O som da serra elétrica sufoca os ruídos da selva. o Cheiro do mato queimado encobre o odor das flores que nascem, sob as copas e galhos. A madeira em pedaços toma o rumo do exterior. A destruição avança e assusta.

Debaixo das árvores, nas margens do Amazonas o maior rio em volume de água do mundo, nos descampados, nas minas e fronteiras,

O homem luta pela sua própria sobrevivência. A gigante Amazônia com seu mais de 5 milhões de km², parece pequena para resolver a disputa dos interesses em jogo. O exército prega a ocupação por razões de segurança nacional. Os novos fazendeiros, grandes ou pequenos, chegam todos os dias, atraídos pela subvenção governamental e a oportunidade de vingar todos os fracassos do passado. O seringueiro e o castanheiro, sem prova legal da posse da terra, vão sendo expulsos para longe. O garimpeiro polui os rios com mercúrio em busca do ouro, mas o quinhão de riqueza que tira do solo, ou do rio perde-se na comparação com os números grandiosos das empresas mineradoras.

Um brasileiro, sindicalista, seringueiro e ecologista por necessidade, CHICO MENDES, cai morto. O Brasil pergunta: "Quem era eles?" A Amazônia é manchete policial.

Outro brasileiro, um gaúcho sexagenário, JOSE LUTZENBERGER ganha o Prêmio Nobel Alternativo por sua luta em defesa do meio ambiente. O Brasil constata: "Nós não o conhecíamos". A nossa inteira revelia, a Amazônia ^{brilha} bilha. Lá fora.

O Brasil garante que defenderá a floresta. O mundo dá as mãos pela Amazônia.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

1. Floresta Amazônica ou Hiléia Amazônica

Ocupa aproximadamente mais de 5 milhões de quilômetros quadrados no território brasileiro, isto é, cerca de 60% da superfície do Brasil. A floresta amazônica cobre os estados do Amazonas, Pará, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá. Ao norte dos estados do Mato Grosso, Goiás e Tocantins, ocorrem enclaves da Floresta Amazônica que acompanham as margens dos grandes afluentes do Rio Amazonas (Tapajós, Madeira, Solimão, Negro, Tocantins, etc) formando as Florestas de Galerias.

Em nenhuma outra parte do mundo, os rios assumem importância tão grande na definição da cultura de um povo como na várzea amazônica, uma região de 64.000 m², dos quais 50 mil às margens de rios navegáveis. Nas águas do Amazonas e seus afluentes correm milhares de substâncias nutrientes, que contribuem para a criação de um grande ecossistema que garante a atividade econômica de uma região onde tudo vive e sobrevive em função das hidrovias; estradas, ruas e avenidas formadas pelas águas do rio, onde barcos e barcaças transportam pessoas, gado, minério, caminhões carregados, sonhos e esperança.

Ecologicamente, a Floresta Amazônica apresenta três tipos básicos de vegetação: Matas de Igapós, Matas de Várzea e de terra

firme.

2. As Matas de Igapós

Ocorrem sobre solos permanentemente alagados, em terrenos baixos próximos aos rios. Ocupam cerca de 15 mil km², do total da Floresta Amazônica. Via de regra, o solo e a água dos igapós são ácidos. Sua vegetação apresenta-se sempre verde com folhas largas, e as árvores maiores atingem até 20 metros de altura, com ramificação baixa e densa. Aparecem muitos arbustos e cipós, além de raízes escórias e respiratórias. São incontáveis os epífitos e os musgos. As árvores mais típicas são o taxi (*tripolaris Surinamensis*), o arapori (*Macrolobium Acaciaefolium*) e a mamorana (*Bombax Aquaticum*). Flutuando sobre a água aparecem as folhas da conhecida vitória-régia (Ninfeaceal), que podem atingir até 80 cm de diâmetro.

Alguns igapós, podem secar, durante curto período de tempo originando praias arenosas.

3. Matas de Várzea

Atingem, aproximadamente, 53 mil km² da região. Localizam-se sobre um terreno que é periodicamente alagado.

A composição florística das Matas de Várzea varia de acordo com a extensão do período em que ela é alagada. Este por seu turno é definido pela altura do terreno em relação ao nível dos rios. A vegetação de Várzea é mais diversificada que a de terra firme. Nas áreas mais alagadas (baixas) ela se assemelha aos igapós e nas menos alagadas (altas) sua proximidade se dá com as matas de terra firme. Nas regiões da baixa Amazônia, são formadas várzeas por movimentos das marés.

As matas de várzea apresentam árvores frondosas e de grande porte, onde se destacam: a seringueira (*Hevea Brasiliensis*) e o pau mulato (*Calycophyllum Spruceanum*), conhecido na região como mulateiro.

4. Matas de Terra Firme

Esta vegetação ocupa os terrenos altos, que não são ala-

gados em nenhuma época do ano. Compreende cerca de 90% da Amazônia. As árvores são altas (60 a 65 metros), onde aparecem inúmeras epífitas e pendem cipós lenhosos. As florestas são compactas. No estrato superior das florestas as copas das árvores formam um "dossel" contínuo, que retém até 95% dos raios solares incidentes, tornando o seu interior escuro, pouco ventilado e muito úmido. As plantas mais representativas destas florestas são:

- Castanheira-do-Pará (*Bertholletia excelsa*)
- Caucho (*Costaella ullei*)
- Sapucaia (*Leucaena cythis* spp)
- Maçaranduba (*Minutops* spp)
- Acapu (*Vonacaporis* spp)
- Cedro (*Cedrela* spp)
- Samaúma (*Cecropia pentandra*)
- Palmeira (*Ocotea* spp)
- Mata-paus (*Clusia* spp)

Destacam-se ainda, vários representantes de leguminosas, potáceas, moráceas, aráceas, guaraná.

Entremeados na Floresta Amazônica aparecem tipos especiais de vegetação locais, que se diferenciam pela sua composição florística e ecológica. São eles os campos e a "caatinga amazônica".

As chamadas "caatingas amazônicas" ocorrem no alto Rio Negro e alto Solimões. É um tipo de mata aberta com folhas sempre verdes e coriáceas. Embora recebam esta denominação são inteiramente diferentes da caatinga nordestina. As amazônicas possuem árvores altas, com caules eretos, formando grupos densos ou abertos.

Os campos são variados, predominando os Campos Limpos e Cerrados. Campos Limpos ocorrem próximos a Boa Vista (Roraima). No Amapá, Ilha do Marajó e Planície Amazônica, onde não se instalou a floresta, aparecem as Campineiras, uma vegetação herbácea formada por gramíneas.

Os Campos Cerrados formam "ilhas" de vegetação de tipo Savanas, que acompanham o litoral (Ilha do Marajó), no baixo Amazonas (Pará), entre os cursos superiores dos Rios Jari e Trombetas e no Sul do Pará e Amazonas, na altura do médio Tapajós, entre os rios Purus e Madeira.

5. O Estado do Acre

A história do Acre começa no primeiro ciclo da borracha, datada dos fins do século passado, quando o leite que vira látex já atraía exércitos de homens em busca de trabalho, essas levadas se constituíam principalmente de nordestinos que com suas famílias, fugiam da seca que assolava o nordeste e procuravam um lugar para trabalhar, onde tivesse terra e água farta, indo encontrar na Amazônia, ainda quase que desabitada. Subindo os rios instalaram-se muitos deles no Acre que naquela época se constituía em uma terra devoluta, sendo ocupada em grande parte por bolivianos, que por terem chegado primeiro, se avoravam donos da terra. Os nordestinos chegavam, atraídos pelo leite da seringueira (ouro branco), que jorrava com mais abundância, do que em qualquer outra parte do Amazonas, encontrando os bolivianos que ocupavam a terra e oferecia em arrendamento para os brasileiros, para que a explorassem, pois tinham pouca mão de obra. Os arrendatários viajavam para o nordeste, enchiam navios de nordestinos e rumavam para as terras arrendadas, se constituindo estes, nos desbravadores do Acre, os quais denominavam-se de "ARIGÓS".

Em 1902, no dia 06 de agosto, brasileiros liderados por um gaúcho chamado, José Plácido de Castro, iniciaram a Revolução Acreana, que tinha como principal objetivo, incorporar aquela faixa de terra devoluta ao Brasil. Houve vários combates entre os revolucionários e as forças do exército boliviano, tendo os brasileiros obtido a vitória em vários deles. Surgindo assim, um novo território pertencente ao Brasil.

O Acre se constituiu um território completamente extrativista, passando à categoria de Estado em 1962 seguindo com o extrativismo até 1970, quando começaram a chegar pessoas atraídas pelos incentivos fiscais oferecidos pelo governo, e pelo preço da terra barata.

Pecuaristas, provenientes do Sul, Centro-Oeste e outras regiões do País, adquirindo muitas terras e iniciando as derrubadas, comprometendo o extrativismo no estado, ocorrendo uma quebra bastante acentuada na produção do látex e da castanha. Juntamente com os pecuaristas chegaram os madeireiros, procurando madeiras nobres entre elas a castanheira, agora protegida por lei, mas mesmo assim ainda sendo serradas nas serrarias de todo estado. Os madeireiros usam de todo artifício para burlar a lei, resguardados pela deficiência de fiscalização. Oficialmente no Acre, existem 180 serrarias, sem contar as clandestinas.

A castanheira, árvore da família das fogueáceas de origem asiática (Pérsia e Índia), chega a atingir 30 metros de altura. É empregada em fabrico de vários objetos e sua semente contém grande

teor de gordura, alcançando cerca de 65 a 70%, tendo 17% de prótidos, é indispensável nas épocas frias. Começa a produzir frutos após cinco anos e sua produção máxima ocorre aos 60 anos. A Europa e os Estados Unidos importam largamente a castanha do Pará que do Pará só tem o nome -, o seu maior produtor é o Acre, pois as Reservas de Castanha do Pará, encontram-se dizimadas.

Mesmo protegida por lei, a castanheira, nas derrubadas, não é cortada, mas o fogo queima seu tronco, ela morre ou passa muito tempo sem produzir.

Outro fator da Castanheira que chama a atenção é que ela não pode ser cultivada em região que não são próprias ao seu desenvolvimento.

Outra árvore que se destaca no extrativismo é a seringueira, pertencente à família dos Euforbiáceas, chega a viver 200 anos, atingindo quase cinquenta metros de altura, sua ocorrência é comum em países tropicais. Conhecida desde o mais remoto tempo, mesmo antes do descobrimento do Brasil o látex já era utilizado pelos índios. Por ser de grande utilidade a borracha extraída na Amazônia atingiu preços elevados, principalmente na Segunda Guerra Mundial. Estrangeiros passaram a levar suas sementes para as Colônias Inglesas na Ásia, e desde então a seringueira foi cultivada, com objetivo de lucros comerciais. Hoje, a seringueira está sendo incrementada em muitas regiões brasileiras. A FIRESTONE, possui grandes plantações no sul da Bahia, a Pirelli e a Goodyear no Noroeste do Mato Grosso do Sul e no Acre, sendo este Estado por muito tempo o seu maior produtor, mas com as derrubadas, as queimadas e a falta de incentivo do governo estadual, a Bahia assumiu em nível nacional a maior produção. No Estado do Acre estas duas árvores são as principais responsáveis pelo extrativismo que tem a sua economia baseada na exploração da madeira, na agropecuária, na extração da castanha e no látex.

O Acre difere do vizinho estado de Rondônia em terra produtiva, pois 90% de seu solo é de boa qualidade, pois pesquisas feitas pela UNICAMP (Universidade de Campinas-SP) comprovaram ser o solo do Acre um dos mais férteis do Brasil.

Nesta transição, o estado, com um pé no passado e outro no futuro, ainda não definiu o seu presente. A terra defendida por Chico Mendes, que tem seu avanço na BR-364, uma rodovia recentemente concluída, e que vem integrar o estado ao restante do país.

Foi do gabinete do então governador Flaviano Melo, que saiu uma megaproposta para a colonização e modernização da região. O Projeto "Acre: humanizar o desenvolvimento" partiu do princípio de que a vocação do estado é agroflorestal e propôs a definição

de um plano ocupacional inédito na Amazônia. Os setores ambientalistas e o próprio Conselho Nacional dos Seringueiros, olhavam com cautela aqueles propósitos. Temiam entre outras coisas - um processo de ocupação desenfreado, como a que ocorreu em Rondônia, quando da conclusão da pavimentação da rodovia trecho Porto Velho-Cuiabá. Entre os que defendiam a pavimentação da BR, trecho Porto Velho - Rio Branco, viam a solução para o escoamento da produção com destino ao Brasil e ao exterior (Japão) via Oceano Pacífico, propiciando ainda a integração com América Latina, com a extensão natural da rodovia através do Peru. Os críticos, por sua vez, alegavam que a aproximação com os estrangeiros, em geral, beneficiaria apenas as grandes fazendas agropecuárias, situadas ao longo do traçado da estrada. O plano saiu do papel, a rodovia foi pavimentada até a Capital Rio Branco, o restante que leva à fronteira com o Peru ainda não. Os benefícios da pavimentação para os Acreanos são os melhores possíveis.

De qualquer forma, muita coisa ainda precisa ser feita ' pelo Acre, é preciso trabalhar com consciência voltada para os problemas sociais, econômicos e ecológicos da terra, equilibrando interesses e ações.

6. O Interesse Estrangeiro

A Amazônia está no centro das atenções mundiais, num processo gradativo, que começou com as queimadas desenfreadas e culminou com o assassinato do líder dos Seringueiros Chico Mendes, ela acabou centralizando as dispersas manifestações de uma crescente ' consciência ecológica mundial num único clamor: a luta pela sua preservação.

Em meio a uma variedade de propostas que chegam a extremos de alternativas absurdas, como a internacionalização da região, o debate mundial sobre a Amazônia tem um mérito inegável: evidenciar a impunidade dos crimes cometidos em nosso país, não somente contra os recursos naturais, ^{mas também} como, contra os que lutam para preservá-los.

Nesta altura, fica mais fácil entender como age a cobiça ' internacional, apresentadas com base em argumentos, pretensamente científicos. Não existem evidências científicas para dar ao Brasil a condição de réu ecológico, que lhe quer imputar a opinião pública mundial. Os países do Primeiro Mundo estão simplesmente invertendo as responsabilidades.

O Brasil é vítima e não agente desses processos de des -

truição, poderíamos perguntar a esses países o que fizeram com suas matas.

A princípio nós, brasileiros, pensávamos que o interesse dos EUA, Inglaterra, França, Itália, Japão, Alemanha, Rússia, China e outros na Amazônia era somente em consequência de sua floresta tropical, se resumindo em uma vontade espontânea desses países em preservar a natureza, mas o que eles pensam é bem diferente, o sonho deles é na internacionalização da Amazônia, tanto para uso geral indiscriminado, como para ^{subdivisão} sub-divisão em pedaços "irmanamente". Esta como outras afirmações já feitas podem parecer radicalismo ou xenofobia nacional, porém no jogo sujo do poder mundial não passa de uma simples transação de conspiração contra o Brasil.

Por que, afinal, desejariam esses países a nossa Amazônia? Primeiro eles já não ^{tem} têm mais terra útil, suficiente para todas as necessidades (o chamado espaço vital) ^{no} presente e ^{no} futuro próximo!.. e a região Amazônica é a única do mundo totalmente disponível e com excelente potencial.

Estas nações devem ter planos estratégicos visando tanto à ocupação gradual como emergencial da região. É claro porém, que necessariamente a ação não seja militar; pode ser como ensaios tipo Projeto Jari e outros similares, ou as centenas de "fazendas e missões estrangeiras" que estão incrustadas em toda Amazônia, com poder de ação acima de qualquer órgãozinho público, paralelamente eles têm o poder de pressão sobre a nossa dívida externa, algo assim como só soltar dinheiro sob "condições especiais" ou liberar dólares para alguns setores chaves na sociedade como um todo, por exemplo, alguns meios de grande comunicação de massa; de fazer uso de líderes como Chico Mendes e outros que possuam grande influência na região, através de prêmios ecológicos, o resto é só aguardar o dia da consumação física e oficial da posse.

O Japão hoje planta arroz até em cima dos telhados de casas e moram uns em cima dos outros porque parte de suas ilhas é imprestável para certas atividades essenciais; assim é a Rússia e sua Sibéria; a China e suas montanhas Himalaias Geladas; os EUA com seus espaços ocupados; a África retalhada em pequenas nações, cada qual mais virulenta; o Canadá tem mais da metade do território na famosa "Tundra"; o polo sul está sendo repartido; o polo Norte não desperta lá muitas simpatias. É lógico que as mudanças e o avanço da tecnologia no campo da alimentação, moradia, trabalho e vida em geral, poderão forçar o aproveitamento dessas regiões citadas, contudo como isso não está na mão e nem é concreto no momento, pelo menos a nível de grande escala, a Amazônia é a meta mais viável.

Porém, não é somente pela terra, a cobiça dos países .

Eles sabem através dos seus satélites o que está encoberto pela grande floresta tropical em seu subsolo, a riqueza mineral como: ouro, platina, poladium, diamante, esmeralda, cassiterita, manganês e a maior reserva mundial de nióbio, o metal do século XXI e outros.

As reservas minerais da Amazônia estão estimadas em cerca de 1 trilhão e 600 bilhões de dólares segundo projeção de técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

A Amazônia já é apontada como o novo eldorado brasileiro os números parecem confirmar essas previsões. No ano passado segundo registros oficiais, o país produziu 56,4 toneladas de ouro, mas técnicos do setor avaliam que o volume real da extração, tenha chegado a mais de 120 toneladas, das quais 90% foram extraídos do subsolo amazônico, tendo sua maior parte sido contrabandeada, o que nos chama atenção para a necessidade de uma fiscalização rigorosa, para que tanta riqueza não seja exaurida, sem nenhum proveito para o país.

III. LEGALIDADE DAS AÇÕES POLICIAIS MILITARES

O meio ambiente encontra-se num estágio que chega a comprometer a qualidade de vida da população cujos índices já estão muito aquém do desejável. Os governos, Federal e Estadual, preocupados com o problema vem tomando precauções rigorosas, criando uma ampla legislação para proteger o meio ambiente e através desta estabelece normas e penalidades para as ações predatórias. Apesar disso a natureza continua a ser o alvo de ações nefastas dos predadores que de maneira consciente ou inconsciente continuam a devastá-la.

Baseado nestas legislações é que as Polícias Militares , precisam colocar em prática mais um tipo de Policiamento Ostensivo do Meio Ambiente. Torna-se imperativo a definição de implantação de uma política de Polícia de Proteção Ambiental nas Polícias Militares, dando continuidade a performance de mais um serviço de Policiamento Ostensivo, voltado para o bem comum. Fazendo assim, cumprir o que estabelece o R-200 (Dec. Lei nº 88.777/83) quando diz que Ordem Pública é o conjunto de regras formais que emanam do ordenamento jurídico da nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmonioso e pacífico, fiscalizado pelo Poder de Polícia e constituindo uma situação ou condições que conduzam ao bem comum.

O Decreto Lei nº 667, de 02 de julho de 1969, atualizado pela Lei acima citada, estabelece: As Instituições Policiais Militares, como missão geral, dedicam-se a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, Territórios e no Distrito Federal , competindo-lhes executar com exclusividade, o policiamento ostensivo fardado a fim de assegurar o cumprimento da lei, e a manuten-

ção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos.

São tipos desse policiamento, a cargo das Polícias-Militares, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, os seguintes:

- Ostensivo Geral, urbano e rural;
- De trânsito;
- Florestal e de mananciais;
- Rodoviário, nas estradas estaduais;
- Fluvial e lacustre;
- De radiopatrulha terrestre e aérea;
- De segurança externa dos estabelecimentos penais.

Outros, fixados em legislação da Unidade Federativa ouvido o Estado-Maior do Exército, através da (IGPM).

- Instrução Normativa nº 001 de abril de 1980:

Regulamenta o uso e a exploração dos recursos florestais, Decreto Federal nº 73.030, de 30 de outubro de 1973 cria, no Ministério do Interior a Secretaria Especial do Meio Ambiente-SEMA, como fruto da Participação do Brasil na conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, realizado em Estocolmo (1973), estabelecendo sua estrutura e competência.

- Lei Federal nº 6902, de 27 de abril de 1981:

Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e área de produção ambiental.

- Lei Federal nº 6930, de 31 de agosto de 1981:

Estabelece os objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente determinando que ela visará a manutenção do equilíbrio ecológico, impondo ao poluidor e ao predador a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente (art.4º, inciso VII).

- Decreto Federal nº 8835, de 01 de junho de 1983:

Regulamenta as Leis 6902 e 6930.

- Lei nº 4.778, de 22 de setembro de 1965:

Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem ouvidas as autoridades florestais na aprovação de plantas e planos de loteamento pa

ra a venda de terreno em prestações.

No seu art. 1º § 1º diz, tratando-se de propriedade urbana, o plano e a planta de loteamento devem ser previamente aprovados pela Prefeitura Municipal, ouvidas, quanto ao que lhe disser respeito, as autoridades sanitárias, militares e desde que se trate de áreas total ou parcialmente florestada, as autoridades florestais.

- Lei nº 6.576, de 30 de setembro de 1978:

Dispõe sobre a proibição do abate ao açazeiro em todo território nacional.

No seu art. 1º diz ser vedado o abate da palmeira do açazeiro em todo território nacional, exceto quando autorizado pelo órgão competente.

- Lei nº 6.670, de 07 de dezembro de 1978:

Declara o Pau-Brasil Árvore Nacional, institui o dia do Pau-Brasil.

- A Constituição Federal de 05 de outubro de 1988:

No seu art. 23, define que: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios nos itens:

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII- Preservar as florestas, a fauna e a flora;

Art.24, define que: compete a União; aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre:

VI - floresta, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

Art.225, § 1º, inciso VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e a sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Com base nesses conceitos é evidente que as instituições'

Públicas exercitem seus respectivos poderes, no caso as Polícias Militares através de suas Unidades de Policiamento de Proteção Ambiental, que no exercício do poder de polícia, possibilitem a promoção do bem estar social. As unidades PO/PA, cumprirão as suas atribuições prioritariamente através da realização do Policiamento Ostensivo, que deverá ser executado com maior ênfase para o aspecto preventivo, no sentido de orientar e dissuadir ações que representem transgressões à legislação de proteção ao Meio Ambiente. Fica portanto, evidenciado que a Legislação Básica é parte integrante do conjunto de regras formais que emanam do ordenamento jurídico da Nação e não deixa dúvida de que, a preservação da natureza constitui-se em condições indispensáveis à conservação do bem comum. Pode-se perceber a coerência deste trabalho quando se constata que no rol dos diferentes tipos de Policiamento Ostensivo, estão os policiamentos; florestais, mananciais, fluviais e lacustres.

Vários órgãos foram criados, a nível federal e estadual, de modo que cada unidade da Federação possui suas secretarias, como:

a nível estadual:

- Secretaria da Agricultura;
- Secretaria do Planejamento;
- Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEMAGO)

a nível Federal:

- Ministério do Meio Ambiente;
- Ministério da Integração Regional;
- as Superintendências de Desenvolvimento Regional;
- Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA);
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, (IBAMA);
- Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA).

Todos esses órgãos citados têm compromisso e missão de defender o Meio Ambiente, mas ao mesmo tempo, se recentem de recursos humanos, e através de convênios com as Polícias Militares delegando a estas autoridade para exercer suas atividades, proporcionando a legalidade das ações desenvolvidas pela Polícia Militar, no que tange as providências necessárias à proteção ambiental.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

IV. PROPOSTA

Pouco valeria a detectação do problema, sua confirmação através da imprensa e de pesquisas realizadas, se não houvesse uma proposta para solucioná-lo ou minimizá-lo.

O Estado do Acre encontra-se em uma área do Brasil privilegiada em termo de preservação do meio ambiente. Podemos afirmar que, apesar de todo alarde feito pela imprensa, não mais de 17% de suas florestas foram dizimadas. Mas a velocidade do desmatamento está crescendo seriamente.

Não pretendemos, com esta proposta, resolver o problema, esgotar o assunto ou até considerá-lo resolvido. Primeiro, porque o rol da proposta poderia ser bem mais amplo, mas temos que levar em consideração a situação econômica do Estado; segundo porque estamos lidando com o ser humano, portador de aspirações e desejos que por certo sofrerão influências das mais diversas, com o decorrer do tempo e por isso, mutáveis e adaptáveis. Estamos aqui, pretendendo dar o primeiro passo, com uma contribuição à Polícia Militar do Acre - (PMAC), que, por certo, acrescida de outros que virão, com posterior análise deste trabalho, propiciarão uma perfeita integração da Organização Policial Militar do Acre, com o Governo do Estado e seus órgãos protetores do Meio Ambiente, auxiliando-os a atingirem seus objetivos.

Assim, sendo, vejamos a proposta:

1. Apresentação

Baseado na legislação criada pelos Governos Federal e Es-

tadual, demonstrando interesse em resolver o problema, foi possível organizar o terreno e dimensionar e quantitativamente os recursos para controle e proteção, assim como conceber a forma de gerenciamento destes recursos através da implantação da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental na Polícia Militar do Acre (PMAC).

Levando em consideração que a PMAC está preparada a exercer o que lhe compete, que execute com exclusividade, policiamento preventivo, torna-se imperativa a definição de uma estratégia de implantação prévia dessa unidade que dará continuidade a "performance" dos serviços desenvolvidos pela organização.

Esta estratégia se consubstanciará através da celebração de convênios entre os órgãos envolvidos (IBAMA, IMAC, SEMA, etc) e a PMAC, e na especialização da Companhia, criada para a execução do policiamento de proteção ambiental, em todo o Estado.

A presente proposta traduz, através do seu conteúdo, os objetivos a serem atingidos e demonstra as necessidades globais para o pleno desenvolvimento das ações, tendo sido concebida a partir de um estudo de área de operação (mapa anexo 01), seguindo, seguindo-se da definição da área de atuação dos dispositivos (anexo 02) e condutas operacionais e em um terceiro plano: a definição do quadro de pessoal PM, o dimensionamento e as especificações do material.

2. Área de Atuação

O objeto do trabalho é o terreno, composto de toda área definida como "área de proteção" estabelecida no zoneamento realizado pelo governo do estado, as já criadas áreas de Conservação e Reservas Extrativistas, os Parques Nacionais, Reservas Ecológicas, Floresta Estadual e as Reservas Indígenas, como também os mananciais, além de mediante convênio, em conjunto com outros órgãos ligados ao meio ambiente que atuam em áreas urbanas e rurais não enquadradas nos citados acima. (anexo 02).

2.1. Área de Zoneamento

Faz parte de um projeto do governo estadual, onde está de ^o ~~finido~~ cada atividade econômica e social e sua expansão.

2.2. Área de Conservação e Reserva Extrativista

Já foram criadas as seguintes áreas:

Macuã, Quixadá e Santa Quitéria- sem área definida em hectares, São Luiz do Remanso- 39.670 ha, Cachoeira, que resultou na Morte de Chico Mendes, com 24.973 ha. Estas áreas estão reservadas à extração do látex (seringueira), e da castanha (castanheira) pelos seringueiros e castanheiros.

2.3. Parques Nacionais e Estação Ecológica

O Governo Federal criou o Parque Nacional da Serra do Divisor, na fronteira com o Peru, situado no município de Cruzeiro do Sul, até agora não foi possível dimensionar o seu tamanho. Foi criada também a Estação Ecológica do Abismo (Rio Acre) de responsabilidade da Secretaria do Meio Ambiente para pesquisas e estudos de fauna e flora.

2.4. Floresta Estadual

Com o mesmo objetivo dos Parques Nacionais, só que a nível estadual, foi criada a Floresta Estadual do Antimari, com 66.168 hectares e a Floresta Estadual do Macuã, com 173.475,00 ha.

2.5. Áreas Indígenas

As áreas indígenas se constituem em 17 áreas espalhadas por todo o estado, a saber:

- Katukina do Rio Campinas;
- Rio Gregório;
- Kaxinawa do Rio Jordão;
- Kaxinawa do Igarapé Caucho;
- Katikina/Kaxinawa;
- Kaxinawa de Nova Olinda;
- Jaminawa/Manchineri;
- Kampa do Rio Amônio;
- Jaminawa do Igarapé Preto;
- Arara do Igarapé Humaitá;
- Xinani;
- Alto Jaranaca;

- Recreio;
- Arara do Riozinho da Liberdade;
- Kaxinawa da Praia Carapanã;
- Kaxinawa da Colônia vinte e sete.

Estamos citando as referidas reservas indígenas acima, para que fique registrado neste trabalho a quantidade de tribos existentes, que muitos acreanos não têm conhecimento delas.

2.6. Área de Mananciais

O Acre se diferencia, até o presente, dos demais Estados do Brasil, possuindo apenas estação de tratamento d'água.

As suas reservas são formadas por seus próprios rios e igarapés que abastecem as cidades. Não possui nenhuma represa, a não ser açudes em propriedades particulares, que servem para abastecer as necessidades próprias.

3. Objetivo

Em primeiro lugar, o principal objetivo do Policiamento Ostensivo de Proteção Ambiental, será:

- Inibir ou coibir quaisquer tipo de ações predatórias que comprometam os recursos naturais indispensáveis à sobrevivência de espécies animais ou vegetais;
- Controlar o uso de toda a área envolvida com a atividade;
- Executar a Política Governamental referente à proteção do Meio Ambiente, à proteção dos recursos naturais e a utilização adequada do solo, visando a sua conservação;
- Desenvolver a proteção ao Meio Ambiente de acordo com as leis impostas pelos órgãos de fiscalização.

4. Missão

Levando-se em consideração a legalidade das ações e alguns aspectos apreciados, é missão da Instituição Policial Militar

a proteção do Meio Ambiente, sem prejuízo dos diversos itens da preservação da Ordem Pública, desenvolver ações de Policiamento Os tensivo para salvaguarda dos recursos naturais, das áreas definidas em dispositivos legais vigentes, destacando-se os propósitos a saber:

- Executar o Policiamento Florestal para impedir exploração não autorizada, crescimento desorganizado e para constatar o exato cumprimento das licenças concedidas, bem como prevenção e repressão ao exercício ilegal da exploração e do transporte de produtos e ^{subprodutos} sub-produtos florestais;

- Efetuar o policiamento ordinariamente nas florestas e demais formas de vegetação natural, consideradas de proteção permanente por ato do Poder Público, por força da Lei Federal nº 4771/65, art. 3º.

- Impedir, sob delegação, licenças para caça, obedecendo a legislação específica;

- Exercer a função de Polícia Judiciária prevista no Código Florestal;

- Apreender na forma da legislação em vigor, equipamentos utilizados na prática de infração, e o produto deste, dando-lhes destinação legal;

- Executar o policiamento contra a caça e pesca, predatórias;

- Fiscalizar o transporte e o comércio de aves e animais

- Combater o comércio clandestino dos animais silvestres

- Imprimir ação educativa sobre a preservação, conservação e proteção dos recursos naturais;

- Combater queimadas, prevenindo e educando os agricultores, quanto ao uso indiscriminado do fogo;

- Efetuar policiamento ao longo dos rios com patrulhas móveis e postos fixos em pontos estratégicos;

- Assistência as populações rurais, particularmente as ribeirinhas;

- Resgate de extraviados em florestas;

- Realizar vistoria para queimadas;

- Abordagens em locais de desmate;

- Abordagens em serrarias;

- Abordagens em depósito de lenha e carvão.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

5. Forma de Atuação do Policiamento

O terreno, devido as suas características, somando as tarefas consistidas que os elementos deverão desempenhar, exige a combinação de variáveis do Policiamento Ostensivo;

As ações desenvolver-se-ão, quase sempre, na modalidade de patrulhamento e este deverá ser motorizado, em veículo, ultra-leves terrestres, a pé, montado e aquático.

O patrulhamento deverá ser intenso o suficiente para inibir as ações predatórias. porém a conduta não deve ser eminentemente defensiva, os PMS deverão tomar iniciativas e diligências, agindo ofensivamente coibindo as tentativas furtivas de deteriorização e depredação do meio ambiente.

Outra forma de atuação será a repressão face ^a solicitações e denúncias.

Constatada a irregularidade, os responsáveis deverão ser penalizados na forma da legislação em vigor, sendo o elemento PM, responsável pelas ações de Polícia Judiciária que lhe for delegada pelos órgãos competentes.

Serão ações típicas de Polícia Judiciária:

- Prisão ou detenção de infratores conforme dispuser a lei; apreensão de materiais, veículos, embarcações. Utilizados para a prática do ilícito; lavratura dos competentes autos de prisão ou apreensão; lavratura das notificações de multa e embargos; licenciamento para caça, pesca, desmate e outras atividades permitidas, pelos órgãos competentes, delegantes.

6. Estrutura Organizacional

A Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental (COPPA) que terá sua sede em Rio Branco- Capital, se desdobrará em cinco pelotões PMS especializados e estes se desdobrarão em frações, cobrindo toda a área do estado, inclusive com as instalações dos Postos de Policiamento.

Considerando que a Unidade será uma Companhia independente, possuindo, portanto, comando próprio, o Policiamento Ostensivo de Proteção Ambiental será executado por PMS especializados, ela se subordinará ao Comando do Policiamento do Interior (CPI). Deverá o comandante da Companhia realizar visitas constantes nos pelo-

tões e grupos pertencentes ao seu comando.

Nos pelotões onde o comandante for oficial, ^{havendo} terão uma seção destinada ao registro, controle e processamento das atuações, e será responsável pela concessão da licença para utilização do solo ou para controle deste, isto por delegação dos órgãos competentes.

Para atender o pleno emprego, partindo dos dispositivos operacionais previstos, será necessário que a Polícia Militar do Acre (PMAC) aloque um efetivo da ordem de 198 Policiais Militares para compor a Companhia. Esta Companhia de Proteção Ambiental terá o comando constituído de: Comandante; ^{subcomandante} sub-comandante que exercerá acumulativamente as funções de chefe do Estado Maior (EM); Estado Maior tático; ~~há~~ duas seções, e a tropa constituída.

7. Quadro de Pessoal

O efetivo da Companhia de Polícia Militar de Proteção Ambiental, será composto de:

CMT	01 MAJ PM
SUB CMT	01 CAP PM
ESTADO MAIOR	02 1º TEN PM
Auxiliares:	
Almoxarife	01 TEN PM QOA
Formação Sanitária	01 TEN PM QOS
1º Pelotão	
CMT	RIO BRANCO
	01 1º TEN PM
	01 1º SGT PM
	02 2º SGT PM
	03 3º SGT PM
	05 cabos PM
	26 soldados PM
2º Pelotão	
CMT	RIO BRANCO
	01 2º TEN PM
	01 1º SGT PM
	02 2º SGT PM
	03 3º SGT PM
	05 cabos PM
	26 soldados PM
1º GP/2º PEL	
CMT	SENADOR GUIOMARD
	1 3º SGT PM
	02 cabos
	08 soldados

2º GP/2º PEL	Plácido de Castro
CMT	01 2º SGT
	01 3º SGT
	01 cabo
	10 soldados
3º GP/2º PEL	Extrema/Califórnia
CMT	01 3º SGT
	02 cabos
	08 soldados
3º PELOTÃO	Xapuri
CMT	01 2º TEN PM
	01 1º SGT PM
	02 2º SGT PM
	03 3º SGT PM
	05 cabos PM
	26 soldados
2º GP/3º PEL	Brasiléia
CMT	1 2º SGT PM
	02 cabos PM
	10 soldados
3º GP/3º PEL	Assis Brasil
CMT	01 3º SGT PM
	01 cabo PM
	06 soldados
4º PELOTÃO	Sena Madureira
CMT	01 2º TEN PM
	01 1º SGT PM
	02 2º SGT PM
	03 3º SGT PM
	05 cabos PM
	26 soldados PM
2º GP/ 4º PEL	Manuel Urbano
CMT	01 3º SGT PM
	01 cabo PM
	06 soldados PM
3º GP/4º PEL	Feijó
CMT	01 2º SGT
	01 3º SGT

01 cabo
06 soldados

5º PELOTÃO Cruzeiro do Sul
CMT 01 2º TEN PM
 01 1º SGT PM
 02 2º SGT PM
 03 3º SGT PM
 05 cabos PM
 26 soldados PM

2º GP/5º PEL Mâncio Lima
CMT 01 3º SGT PM
 01 cabo PM
 06 soldados

3º GP/ 5º PEL Tarauacá
CMT 01 2º SGT PM
 01 3º SGT PM
 02 cabos PM
 08 soldados

Obs.: o 1º TEN CMT do 1º PEL faz parte do E.M.

Os cargos de almoxarifes poderão ser exercido por SUB-TE - NENTE. Os grupos poderão ser comandados por 3º SGTS ou 2º SGTS PM.

MAPA DO EFETIVO

CIA PM DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

MJ	PM	01
CAP	PM	01
1º TEN	PM	03
2º TEN	PM	07
1º SGT	PM	06
2º SGT	PM	10
3º SGT	PM	15
CABOS	PM	25
SOLDADOS	PM	130
TOTAL		198

8. Especificações das Instalações

As instalações da CIA, PEL e GP PM deverão dispor das condições e dependências básicas para o desempenho do comando e das atividades administrativas indispensáveis ao funcionamento da Companhia, tais como: alojamento para abrigar o pessoal; local para alimentação, descanso e comunicações.

Independente destas características, as instalações terão que atender as seguintes especificações:

- Dependência para guardar material apreendido;
- Dependência para permanência das pessoas detidas ou presas;
- Dependência para permanência dos animais apreendidos;
- Dependência para guarda do material e equipamentos específicos;
- Dependência para acomodações dos solípedes.

9. Especificações dos Solípedes

Algumas localidades, levando em consideração as suas características, inviabilizam por causa da distância o lançamento do homem a pé ou motorizado por falta de estradas. Em tais condições, deverão ser utilizados burros. Estes animais, que já são adaptados ao tipo de terreno, suportam o trabalho durante três ou quatro dias seguidos, sem apresentar fadiga ou cansaço, o que não acontece com os cavalos, que não suportam a lama e o trabalho contínuo.

Para atender o pleno emprego da COPPA na execução do policiamento montado, se faz necessário um total de 40 animais de raça originária da própria região.

10. Especificações dos Veículos Terrestres

- Pick Up com caçamba, combustível a óleo diesel pneus banda larga - 01.
- Pick Up cabine dupla, com meia caçamba, combustível a óleo diesel, pneus banda larga, equipada com suspensão reforçada, caixa de câmbio com cinco marchas para frente, guincho mecânico com tomada de força no motor - 01.
- Pick Up cabine dupla com xadrez, combustível a óleo diesel, pneus banda larga, equipada com suspensão reforçada caixa de câmbio com cinco marchas para frente e guincho

mecânico com tomada de força no motor - 04.

- Jeep 4 X 4 ENGESA, com combustível a óleo diesel, capota de lona com guincho mecânico com tomada de força no motor- 04.
- Reboque transanimal com capacidade para três animais-04
- Reboque para embarcação do tipo Catamarã com um eixo-04

11. Especificação dos Veículos Aquáticos

- Barco inflável de salvamento, com capacidade para 500 kg, equipada com motor de 15 HP.
- Barco de alumínio 1000 kg, motor de 35 HP.

12. Especificação dos Veículos Aéreos

- Helicóptero - 01
- Ultra-leves - 02

13. Especificação do Armamento e Munição

- Revólver calibre 38 com cano de 76 mm em aço inox-198
- Carabina calibre 12 de repetição - 10
- Carabina calibre 12 com cão externo - 10
- Metralhadora 9 mm - 10.
- Cartucho calibre 38 para treinamento, com projétil de cera - 5.000
- Cartucho calibre 38 operacional - 5.000
- Cartucho calibre 12 para treinamento, em metal - 1.000
- Cartucho calibre 12 operacional com carga de chumbo - 1.000
- Cartuchos 9 mm operacional - 2.000

14. Especificação do Uniforme

O uniforme do pessoal da COPPA será o de uso normal da PMAC, com algumas peças que devido à natureza do serviço, deverão atender especificações especiais. Estas peças peculiares são:

- COBERTURA:**- Chapéu de aba larga em tecido;
- Gorro de pala;
- Capacete de segurança em fibra rígida.
- CALÇADOS:** - Bota de cano longo com fiador e solado anti -
derrapante de borracha vulcanizada;
- Tênis com talão alto;
- Bota de borracha de cano longo.
- CALÇA:** - Culete com reforço de couro nas pernas;
- Bermudas.

15. Especificação dos Equipamentos

Os equipamentos peculiares, são agrupados, em razão do uso em duas categorias:

- Individuais
- Coletivos

Os equipamentos individuais, assim como os uniformes. são dimensionados em razão do efetivo existente. Os de uso coletivo são dimensionados em razão do efetivo lançado por terreno de serviço e das tarefas consistidas a serem desenvolvidas face aos empregos.

Os equipamentos individuais são:

- Lanterna de três elementos;
- Faca de selva, com utilidade alternativa
- Cinto de guarnição com coldren;
- Apito e torsal;
- Espora sem roseta;
- Algema em aço inox;
- Facão de mato.

Os equipamentos de uso Coletivo são:

- Binóculo de longo alcance;
- Motor-Serras;
- Barraca de Lona (8 pessoas)
- Material de comunicação - estações fixas para as instalações físicas das UOP;
- Estações móveis para veículos;
- Estações portáteis para patrulhas montadas e para ações que exijam desdobramento de fração;

- Estação de fax para a sede da CIA e para os Pelotões.
- Linhas telefônicas para a sede da CIA Pelotões e Grupos PM.

16. Estratégia de Implantação

A estratégia se consolidará pela adoção sequencial das seguintes medidas:

- Definição e dimensionamento das áreas críticas e carentes de uma ação fiscalizadora e eficaz;

- Contato e difusão da proposta, junto aos órgãos governamentais atingidos e interessados, para definição do nível de participação de cada um;

- Documento legal do Governador do Estado implantando a atividade e criação da Companhia, determinando em seu bojo as condições de implantação; e

Expediente ao Estado Maior do Exército regularizando a nova UOP e sua atividade.

Tais medidas serão desenvolvidas pelo cumprimento do seguinte cronograma:

1º Elaboração do Calendário de atividades;

2º Elaboração do quadro de pessoal PM (Q.O);

3º Redação do texto do decreto de criação da CIA PM e desenvolvimento de sua atividade.

4º Contato com outras Policias Militares para aquisição de tecnologia;

5º Contato com os demais órgãos interessados para definir os encargos específicos de cada um e os termos de convênios a serem celebrados.

17. Considerações Finais

Na elaboração dos convênios, devem ser observadas como atribuições dos órgãos conveniados:

- Liberação dos recursos para investimento e manutenção;
 - Orientação técnica;
 - Normatização das atividades e
-

- Delegação de autoridade, atribuição e responsabilidade.

Por parte da PMAC devem ser definidas atribuições sobre:

- Execução com exclusividade do Policiamento Ostensivo;
- Fornecimento e administração dos recursos humanos;
- Exercer as delegações que lhe forem atribuídas;

- Incluir no decreto de criação da CIA as áreas de responsabilidades, considerando o disposto nesta proposta.

A presente proposta não constitui um documento terminal, em sua abrangência, representa um referencial para a implantação de uma Unidade Operacional, mostrando um caminho a ser seguido, diante da necessidade urgente da implantação no Acre do policiamento ostensivo de proteção ambiental, proporcionando a Polícia Militar estar sempre um passo à frente dos acontecimentos, em relação ao Meio Ambiente.

Estado de Goiás
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

C O N C L U S ã O

O nosso desejo não foi apenas de oferecer "noções", dentro de um plano meramente conceitual. Mas visamos, de modo especial, a sua funcionalidade, isto é, como poderiam ser utilizadas nossas propostas de modo operacional, que pudessem minimizar, o mais rápido possível, a extinção de animais e vegetais que vem acontecendo de modo incontestável, principalmente na região Amazônica, alcançando dados estatísticos assustadores. As florestas, a cada dia mais devastadas, mostram a necessidade urgente de estabelecer uma Polícia Ambiental, voltada para a preservação do Meio Ambiente, que possibilite frear a devastação existente, através de medidas coercitivas, aplicada com todo o rigor legal, conseguindo evitar que venha acontecer no Acre o que vem acontecendo em quase toda Amazônia, e aconteceu na maioria dos estados das outras regiões nos quais muitos deles só possuem 5% de suas florestas.

A nova Constituição Brasileira é uma das mais avançadas de todo o mundo em preservação do Meio Ambiente. Antes, as pessoas se livravam das barbaridades ecológicas, com uma simples multa. Agora, quem atentar contra a natureza, está cometendo crime contra lei de Segurança Nacional.

As Instituições Oficiais já existem: A nível Federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA); a nível Estadual, Instituto do Meio Ambiente do Acre (IMAC) que, a partir de março de 1989, passou a exigir o Relatório de Impacto do Meio Ambiente - (O RIMA) com isto, parou um pouco o ímpeto devastador dos fazendeiros já que o RIMA exige assessoria especializada de profissionais que vão desde engenheiros até sociólogos, para a verificação do grau de alteração ambiental a ser causado. Mas o IMAC não vem demonstrando eficiência em seu trabalho. Apesar do esforço

este órgão se recente da falta de efetivo e meios disponíveis, além de atuar em áreas muito grandes e de difícil acesso, só no ano passado foi ^{com} queimado no Acre cerca de 25 mil hectares, para dar lugar ao gado e a agricultura.

A destruição das matas às margens dos rios, bem como a destruição da floresta, de um modo geral, tem causado conseqüências imediatas a todos como: o fenômeno das terras caídas (Assoreamento) que causa a mudança dos leitos dos rios, dificultando a navegação; secas em regiões diferentes e destruição de vegetais e animais, muitos deles nunca vistos pelo homem. Como conseqüência futura, podemos ter uma mudança de temperatura em várias regiões do mundo, segundo os cientistas, até mesmo na própria Amazônia.

Portanto, estamos frente a problemas que carecem medidas de rápida execução. Trata-se de sair do discurso para as realizações.

Devem ser tomadas medidas cabíveis, que possam ser uma resposta às exigências de um desenvolvimento sem depredação e uma oportunidade para fazer calar ~~as~~ vozes que ^{se} levantam nas Praças Europeias e dos Estados Unidos, que podemos chamar de cobiça, contra a caminhada de nosso País em direção a um futuro melhor para todos nós.

Pela complexidade do assunto abordado, muitos aspectos deixaram de ser aprofundados. Desta forma, merecem registro para um estudo especial, entre outros tópicos, o significado do ecossistema dentro do contexto político e social do País, sua importância, bem como sua relação com o meio, com o tipo de pesquisa e com o próprio pesquisador.

B I B L I O G R A F I A

01. ALVES, J. Amazônia. Pulmão ou Coração. 2a. ed, Manaus, Colderaro 1988.
 02. BETING, Joelmir. O Mundo Virou Verde. A Tarde. São Paulo, 14 abril, 1989, Economia, p.15.
 03. BRASIL, Decretos e Leis. Constituição da República Federativa. Ed. 05, out., 1988.
 04. CARVALHO, Maria Cecília M.de: Construindo o Saber: Técnicas de Metodologia Científica. 2a. ed., Papyrus, Campinas-SP, 1989
 05. CASTRO, Carlos Alberto. Rev. Amazônia Hoje. Belém, Gráfisa, maio, 1982, p.1-62.
 06. DA JOZ, Roger. Ecologia Geral. Tradução de Francisco M. Guimarães. 3a.ed., Petrópolis, Vozes, 1978.
 07. GONÇALVES, José Esmeraldo. Amazônia: O Desafio do Futuro. Rev Manchete, Rio de Janeiro, Bloch, ed. especial, set, 1989, p.178.
 08. KALUME, Jorge. Recompensa aos Seringueiros. O Rio Branco, 30 mar., 1993. Meio Ambiente, p.6.
 09. LUCCI, Elian Alabi. Geografia do Brasil. 4a. ed., São Paulo; Saraiva, 1985, p.240.
 10. MARIANO, Agenor. IBAMA para Pedindo Plano e Segurança. A Gazeta, Rio Branco, 6 jun, 1992, Cidade, p.13.
 11. MESQUITA, Walter. Santuários Ecológicos. Rev. Roche, São Paulo; Padilha, 2a. ed, AGO, 1989.
 12. MINAS GERAIS. Polícia Militar. Manual de Policiamento Florestal, 1982, p.181.
-

13. PARANÁ. Polícia Militar. Comando do Policiamento do Interior. Batalhão de Polícia Florestal. A Questão do Meio Ambiente e o Batalhão de Polícia Florestal, 1987, p.9.
 14. RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica. São Paulo, Atlas, 1980
 15. SALVADOR, A. Domingos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Bibliográfica; Elaboração e relatório de estudos científicos, 2a. ed, P. Alegre, Sulina, 1971.
 16. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, Cortez & Moraes, 1976.
 17. SIQUEIRA, L. Mesquita. Pesquisa Bibliográfica em Tecnologia. São José dos Campos, ITA, 1965 (mimiografado).
 18. FUNDAÇÃO DE TECNOLOGIA DO ACRE. Monitoramento da Cobertura Florestal do Estado do Acre, Desmatamento e uso Atual da Terra, 1990, p.214.
 19. GOVERNO DO ESTADO DO ACRE. Atlas Geográfico Ambiental do Acre Instituto do Meio Ambiente do Acre, 1991, p.48.
-

A N E X O S

A N E X O I

MAPA DA DIVISÃO POLÍTICA DO ACRE

A N E X O I I

ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

A N E X O I I I

TERMO DE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO COM O INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE
DO ACRE

Estado do Acre
ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
BIBLIOTECA

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO GERAL QUE ENTRE
SI CELEBRAM O INSTITUTO DE MEIO AMBIEN
TE DO ACRE - IMAC E A POLÍCIA MILITAR'
DO ACRE.

CONVÊNIO Nº /94

Aos dias do mês de 1994, de um lado, o INSTITU-
TO DO MEIO AMBIENTE DO ACRE- IMAC, autarquia pública criada pela '
Lei nº 851 de 23 de outubro de 1986, vinculada à Secretaria do Esta
do de ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, inscrito no C.G.C./MF '
sob o nº 14.339.097/0001-76, com sede em Rio Branco-AC, à Rua Rui
Barbosa, no 450-Centro, doravante denominado simplesmente IMAC, neste
ato representado por sua Presidenta SUELY DE SOUZA MELO DA COSTA ,
brasileira, viúva, bióloga, residente e domiciliada à Rua das Magnõ -
lias, nº 65 Chácara Ipê, conformes poderes que lhe foram conferidos '
pelo art. 4º, da Lei nº 851, de 23.10.86 e Dec. Governamental nº 098
de 12.06.92 e outro lado, a POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ACRE, se -
diada à Praça Rodrigues Alves, s/n-Centro, Rio Branco - Acre, repre -
sentada neste ato por seu Comandante, o Sr. Cel PM JAIR THOMAZ dora
vante denominada simplesmente PMAC, resolvem celebrar o presente '
Convênio de Cooperação Geral, na forma das seguintes cláusulas e
condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O objeto do presente CONVÊNIO é o estabelecido de condi -
ções básicas de cooperação entre as partes convenientes, visando com
patibilizar o desenvolvimento urbano com a preservação e o contro-
le ambiental no Estado do Acre.

PARÁGRAFO PRIMEIRO:

A implementação dos objetivos deste convênio será realiza
da entre partes convenientes, mediante prévia e oportuna formaliza -
ção de TERMOS DE AJUSTE, conforme item específico, os quais farão re
ferência expressa a este instrumento, estipulando que as cláusulas '
e condições ora estabelecidas farão parte integrante dos mesmos, no
que couber independente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO:

A atuação das partes convenientes se dará sempre em consonância com o disposto neste convênio em seus subsequentes Termos de Ajuste, e respectivos projetos, se for o caso.

CLÁUSULA SEGUNDA DOS TERMOS DE AJUSTE

Os termos de ajustes deverão discriminar:

- a) A descrição detalhada dos serviços a serem executados por cada uma das partes convenientes;
- b) A participação de cada parte com os recursos financeiros necessários à execução;
- c) A designação dos materiais, instalações e equipamentos utilizados ou cedidos;
- d) A mão-de-obra alocada;
- e) O prazo da execução;
- f) A definição dos requisitos essenciais dos relatórios técnicos e prestações de contas;
- g) Designação dos técnicos que coordenarão juntamente com os executores do convênio os serviços, objeto de AJUSTE.

CLÁUSULA TERCEIRA

Para consecução dos objetivos descritos na Cláusula Primeira as partes convenientes comprometem-se a:

- a) Participar da elaboração de projetos envolvendo os trabalhos objetos do presente convênio;
 - b) Franquear aos técnicos uma de outra, envolvidos na execução deste a utilização de sua infra-estrutura técnica e administrativa, mediante prévio entendimento, respeitadas as suas regulamentações internas e sem prejuízo de suas atividades específicas;
 - c) Envidar esforços, isolada ou conjuntamente, visando a obtenção de fundos, junto a entidades públicas ou privadas, destinados a incrementar a execução deste Convênio,
 - d) Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus empregados ou prepostos ao patrimônio uma de outra, quando da execução deste Convênio.
 - e) Responsabilizar-se pela conservação e manutenção dos
-

equipamentos e instalações cedidos uma à outra.

f) Prestar contas da aplicação de recursos financeiros ' que lhe venham a ser repassados em consonância com o estabelecido nos TERMOS DE AJUSTE.

g) Prover toda a infra-estrutura necessária ao adequado desenvolvimento dos trabalhos, mormente espaço físico, equipamentos máquinas e implementos, insumos e demais recursos técnicos e administrativos;

h) Prestar assistência e colaboração técnica uma à outra no desenvolvimento dos trabalhos, através dos funcionários técnicos e administrativos, quando solicitados.

i) Designar formalmente, cada uma, um representante incumbido de coordenar direta ou conjuntamente, a execução deste Convênio e subsequentes Termos de Ajuste.

CLÁUSULA QUARTA: DOS EXECUTORES

O presente Convênio terá como executores um representante de cada signatária, nomeado mediante troca de correspondência ' entre as partes , no máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura deste instrumento, sendo suas decisões e autorizações suficientes para o cumprimento das obrigações de rotina fixadas.

CLÁUSULA QUINTA: DO PESSOAL

O pessoal utilizado pelas partes na execução deste Convênio na condição de empregado, autônomo, ou qualquer outro título, nenhuma vinculação ou direito terá em relação à outra, ficando o cargo exclusivo de cada parte, a integral responsabilidade no que se refere a todos os seus direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo qualquer solidariedade entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA: DAS ALTERAÇÕES

O presente convênio poderá ser alterado pelas partes convenientes a qualquer tempo e por mútuo entendimento, através do termo aditivo, com vistas a aperfeiçoar a execução dos trabalhos , ou ainda, por força de normas legais.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência pelo prazo de 04 (quatro) anos, a contar da data de sua assinatura, prorrogável automaticamente por iguais e sucessivos períodos, mediante manifestação escrita, por qualquer das partes, à outra, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para o respectivo término.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO

Este Convênio poderá ser rescindido por descumprimento de qualquer das obrigações assumidas neste instrumento ou em seus Termos de Ajuste, respondendo a parte inadimplente pelas perdas e danos decorrentes pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda por conveniência exclusiva de qualquer das partes, mediante comunicação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias de seu término.

CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao IMAC, à sua conta, a publicação deste Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Estado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO FORO

Para solução de quaisquer controvérsias porventura oriundas da execução deste convênio, em relação às quais não for possível um entendimento amigável, as partes elegem o Foro da Cidade de Rio Branco-Acre, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim justas e contratadas, firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e subscritas.

Rio Branco-Acre, _____ de _____ de 1994.

SUELY DE S. MELO DA COSTA

JAIR THOMAZ - CEL PM

TESTEMUNHAS:

1 - NOME: _____
END: _____

2 - NOME: _____
END: _____
